

## Um não às mudanças

O Congresso Nacional demonstra mais uma vez sua postura eminentemente conservadora no que diz respeito à emenda constitucional convocando a Assembléia Nacional Constituinte para as eleições do próximo ano. O PMDB foi obrigado a reciclar a sua linha de orientação, provando, mais uma vez, que o discurso do passado nada tem a ver com a realidade do presente.

O relator da comissão mista de deputados e senadores que examina a emenda, deputado Flávio Bierrembach, do PMDB paulista, cumpriu o que havia prometido ao seu líder, ou seja, propor a Constituinte autônoma ou exclusiva, com várias eleições e referendos, numa orientação antagônica à posição da esmagadora maioria dos integrantes de seu partido e do Congresso.

Os congressistas, em sua quase totalidade, não admitem sequer o exame da Constituinte exclusiva. Estão mais interessados em preservar os seus próprios mandatos e defendem a transformação do novo Congresso a ser eleito a 15 de novembro de 1986 em Constituinte, nos termos, aliás, da proposta de emenda constitucional que o presidente José Sarney enviou ao Congresso.

A alegação do deputado Flávio Bierrembach de que as organizações da sociedade civil exigem a Constituinte autônoma — CNBB, OAB, ABI — não sensibilizaram o Congresso. O senador Amaral Peixoto lembrava recentemente que as organizações da sociedade civil já estão representadas na Câmara e no Senado, não fazendo sentido que elas imponham suas posições ao Legislativo.

A continuar assim, Amaral Peixoto teme que se procure também entronizar mais esse segmento na representação popular, violentando este princípio:

— Muitos querem dar poder às galerias. Dentro em breve, haverá quem defenda uma Assembléia de girondinos, uma verdadeira assembléia revolucionária — dizia Amaral.

Os que defendem a Constituinte exclusiva estão interessados em questionar o direito de propriedade, abrindo caminho para promover algumas mudanças sociais significativas. A maioria do Congresso não parece interessada numa mudança de profundidade, mas, pelo contrário, deseja manter o *status quo*.

O espírito conservador da maioria não fica somente por conta do futuro Congresso-Constituinte. No caso da anistia, a proposta é bastante restritiva, como os potenciais beneficiários já tiveram oportunidade de constatar. Os militares punidos após 1964 são promovidos, desde que tenham habilitações — o que significa cursos que não poderiam fazer, uma vez que foram expelidos do serviço ativo.

Os políticos veteranos costumam dizer que a maioria do Congresso sempre foi conservadora — tanto antes como atualmente. Dificilmente, o Congresso brasileiro abriria caminho para a promoção de verdadeiras reformas sociais. O ex-presidente João Goulart foi deposto justamente porque lutou, durante seu curto período, pela realização de reformas sociais, inclusive a agrária.

Quanto à anistia, este é um problema que gera apreensões na alta hierarquia das Forças Armadas, como já ficou claro. Os chefes militares não parecem dispostos a permitir a reintegração e olham as promoções já acordadas com franca desconfiança.